

Título: Segundo semestre deve ser de 'retomada robusta' da economia com vacinação, diz BC

Data: 11/05/2021 09:25:00 **Veículo:** Folha de S. Paulo **Página:** Online

Canal: Notícias Gerais

Centimetragem: 115,22 **Valor:** R\$ 222.044,39 **Page Views:** 1.316.329 **Visitantes:** 1.316.329

Segundo semestre deve ser de 'retomada robusta' da economia com vacinação, diz BC
Folha de S. Paulo - mercado - 11/05/2021

Segundo a ata do Copom, dados do mercado de trabalho formal indicam que a atividade tem se recuperado

O Copom (Comitê de **Política** Monetária) do Banco Central avalia que a **economia** deverá ter retomada robusta no segundo semestre deste ano. Para a autoridade monetária, a atividade responderá ao avanço da vacinação contra Covid-19.

"A despeito da intensidade da segunda onda da pandemia ter sido maior que a esperada, os últimos dados disponíveis de atividade têm surpreendido positivamente. Para o Comitê, o segundo semestre do ano deve mostrar uma retomada robusta da atividade, na medida em que os efeitos da vacinação sejam sentidos de forma mais abrangente", avaliou na ata da última reunião, divulgada nesta terça-feira (11).

Segundo o documento, dados do mercado de trabalho formal indicam que a atividade econômica tem se recuperado, apesar da alta na taxa de desocupação.

"O Copom avalia que os dados de atividade e do mercado de trabalho formal sugerem que a ociosidade da **economia** como um todo se reduziu mais rapidamente que o previsto [o que indica retomada], apesar do aumento da taxa do desemprego", pontuou a ata.

A ociosidade da **economia** indica o nível de produção em relação à capacidade do setor real. Se a ociosidade é elevada, a **economia** ainda pode produzir mais a estrutura atual. Quando ela diminui, indica que a produção está próxima da potência máxima.

O mercado de trabalho é um indicador importante para medir a ociosidade da atividade.

Na última reunião, o Copom elevou a taxa básica de juros (**Selic**) em 0,75% ponto percentual, a 3,50% ao ano, conforme indicado na decisão de março.

No comunicado, o BC sinalizou nova alta na mesma magnitude em junho, para 4,25%.

A análise do Copom é de que haverá uma "normalização parcial" da taxa de juros. Ou seja, a atividade econômica ainda precisará de estímulo monetário ao longo do processo de recuperação econômica.

O Colegiado considerou diferentes trajetórias de normalização de juros, levando a taxa básica próximo ao seu patamar neutro, aquele que não estimula nem reduz a atividade, estimado entre 6,0% e 6,5%.

Atualmente, a **Selic** está bem abaixo do juros neutro, com alto grau de estímulo à **economia**.

"Os membros do Comitê apontaram que 'normalização parcial' reflete suas opiniões sobre a **política** monetária adequada para a convergência da **inflação** para a meta no horizonte relevante", disse o texto.

O BC reforçou que reavalia seu cenário a cada reunião para a convergência da **inflação** para a meta no horizonte relevante, para quando a autoridade monetária entende que a **política** monetária faz efeito (atualmente entre 2021 e 2022).

"Levando em conta o cenário básico e o balanço de riscos, o Comitê avaliou que na próxima reunião seria adequado outro ajuste da mesma magnitude, caso não haja mudança nos condicionantes de **inflação**. Adicionalmente, observou que elevações de juros subsequentes, sem interrupção, até o patamar considerado neutro implicam projeções consideravelmente abaixo da meta de **inflação** no horizonte relevante", trouxe o documento.

"O Copom reafirmou que essa visão para as próximas reuniões pode ser alterada caso haja mudança nas projeções de **inflação** ou no balanço de riscos, uma vez que a decisão continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, e das projeções e expectativas de **inflação**", continuou.

Na reunião, os membros avaliaram que as projeções de **inflação** estão levemente inferiores à meta para 2022.

"O Comitê ponderou que os riscos fiscais de curto prazo seguem elevados, implicando um viés de alta nessas projeções. Essa assimetria no balanço de riscos afeta o grau apropriado de estímulo monetário, justificando assim uma elevação de juros de 0,75 ponto percentual nesta reunião", detalhou a ata.

Com relação ao cenário internacional, o Copom afirmou que a **economia** global também deverá apresentar crescimento robusto ao longo deste ano, mas discutiram sobre "reflação", movimento de retomada da alta de preços nas principais economias.

"A discussão sobre reflação, em particular sobre o risco de um aumento duradouro da **inflação** nos Estados Unidos, poderia tornar o ambiente para as economias emergentes mais desafiador", pontuou o documento.



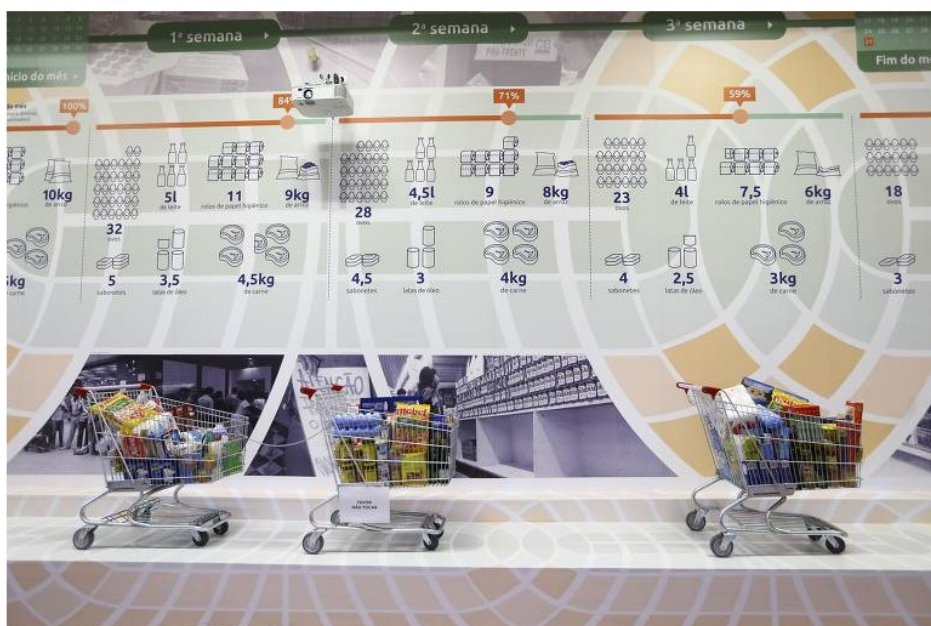
O Copom (Comitê de **Política** Monetária) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu presidente e diretores, que define a cada 45 dias a taxa básica de juros da **economia**, a **Selic** (Foto: /)



A **Selic** é o principal instrumento de **política** monetária utilizado pelo BC para controlar a **inflação**. Ela influencia todas as taxas de juros do país, como os juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras (Foto: /Marcelo Camargo/Agência Brasil)



A **Selic** é apurada nas operações de empréstimos de um dia entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia. O BC opera no mercado de títulos para que a taxa esteja em linha com a **Selic** definida pelo Copom (Foto: /Marcelo Camargo/Agência Brasil)



Uma redução da **Selic** diminui o custo de captação dos bancos, que poderiam emprestar com juros menores. Isso estimula o consumo e também pode

tavorecer o aumento da **inflação**, que precisa ficar na meta fixada pelo governo. O Brasil adota o regime de metas para a **inflação** desde 1999 (Foto: /Marcelo Camargo/Agência Brasil)



No Brasil, a meta para a **inflação** é definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional, que inclui BC e Ministério da **Economia**) e cabe ao BC adotar as medidas necessárias para alcançá-la. O índice de preços utilizado é o IPCA, calculado pelo IBGE (Foto: /)



Em março de 1999, quando o regime de metas entrou em vigor, a **Selic** chegou ao seu máximo histórico, de 45% ao ano. Um ano depois, tinha recuado para 19% ao ano. Em 2009, ficou abaixo de 10% pela primeira vez. Em 2012, chegou a 7,25% ao ano, no governo Dilma Rousseff. No governo Michel Temer, os juros atingiram a mínima de 6,50% ao ano. No governo Jair Bolsonaro, voltaram a cair (Foto: Pedro Ladeira/Folhapress)